

Anexo 9
Diretrizes Ambientais Aplicáveis a Concessão

ANEXO 9 – Diretrizes Ambientais Aplicáveis a Concessão

1 Generalidades

A CONCESSIONÁRIA deverá observar e cumprir, às suas expensas, a legislação ambiental vigente, incluindo eventuais providências exigidas pelos órgãos ambientais competentes, nos níveis federal, estadual e municipal aplicáveis. Isto inclui a necessidade de observar o arcabouço legal referente aos ritos de Licenciamento Ambiental e obtenção de todas as licenças ambientais e/ou autorizações pertinentes. Licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação (ou outras) de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicadas ao caso (Resolução CONAMA 237/97. Art.1º, I).

Deve-se ainda acrescentar que a execução de algumas atividades exige a obtenção de licenças ou autorizações específicas a serem dadas pelo órgão licenciador, ou por órgãos gestores.

Cabe observar que as questões relativas à política ambiental se inserem no grupo de normas sobre as quais incide a competência suplementar para estados e municípios (estes últimos sob a égide do interesse local, conforme artigo 30, Inciso I), como também acerca das quais a União só pode ditar “normas gerais”.

Esses parâmetros estão localizados no art. 24 Incisos VI e VII da Constituição Federal, que autoriza expressamente os estados da Federação a legislar concorrentemente à União sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; e no artigo 30, Incisos I e II, que autoriza os municípios a legislar supletivamente à legislação federal / estadual sobre assuntos de interesse local.

Em seu parágrafo 1º, fixa a competência da União em estabelecer apenas normas gerais, não exclui a competência suplementar dos Estados em seu parágrafo 2º e, no parágrafo 3º atribui competência legislativa plena aos Estados, para atender as suas peculiaridades, em caso de inexistência de Lei Federal; em caso de superveniência,

as normas gerais federais prevalecerão, suspendendo-se a eficácia de regras, que as contrariem.

Isto quer dizer, que os estados e municípios têm plena competência para legislar em matéria ambiental, desde que não se contrariem preceitos estabelecidos pelas leis federais, ou seja, desde que as novidades não tragam disfarçada desobediência às regras gerais. Desse modo, governos estaduais e prefeituras municipais podem tornar as normas federais mais restritivas, mas nunca menos restritivas do que aquelas válidas em todo território nacional.

Por outro lado, cumpre consignar que, muito embora a competência legislativa seja concorrente, a competência executiva para “proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas”, bem como, para “preservar as florestas, a fauna e a flora”, é comum, conforme determinado pelo artigo 23 da Constituição Federal, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, cabendo a qualquer destes entes a atribuição de promover ações aptas a tais fins, observando a Lei Complementar 140/11.

Estas atribuições foram assumidas plenamente pela Constituição Estadual da Bahia, em seus artigos 212 a 230, que compõem o seu capítulo específico de Meio Ambiente. Assume-se que estas disposições também foram assumidas, ainda que de forma genérica, pelos municípios interceptados pelo Sistema Rodoviário em tela, em diferentes níveis, sendo certo também que todos são responsáveis pela fiscalização do empreendimento em seus territórios.

Isto quer dizer, que os órgãos pertencentes ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, dentro de suas esferas de competência, têm a obrigação legal de fazer valer os imperativos da PNMA, seus mecanismos e instrumentos, ainda que não existisse, no nível estadual ou municipal, norma ambiental própria.

Neste sentido, os ritos relacionados ao Licenciamento Ambiental aqui assinalados, tem como objetivo cumprir os requisitos legais expressos na Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do estado da Bahia foi instituída pela Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Estadual nº 12.377 de 28 de dezembro de 2011 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 14.024, de 06 de junho de 2012. Nota-se ainda, o Decreto Estadual nº 14.032 de junho de 2012 e o Decreto Estadual nº 15.682 de 19 de novembro 2014, que regulamentam Lei Estadual nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006 e respectivas alterações. Ademais, os ritos apresentados devem considerar ainda decretos, resoluções e outros dispositivos

que normatizam as questões ambientais no Estado da Bahia, sempre em consonância com o arcabouço legal federal.

Visto as peculiaridades do presente processo de concessão as obrigações relacionadas ao Licenciamento Ambiental e autorizações pertinentes são divididas em 'Atividades CREMA' e 'Atividades Adicionais'. Adicionalmente, deve-se salientar alguns requisitos legais e práticas que permeiam todo o sistema rodoviário objeto da presente concessão.

2 Totalidade da Concessão

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, até o final do 2º ano do prazo da CONCESSÃO, um Sistema de GESTÃO AMBIENTAL e SOCIAL, com base em boas práticas do setor. A implantação do referido sistema deve contemplar os requisitos expressos no Padrão de Desempenho 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais, descritos na publicação 'Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental' (IFC, 2012) e documentações acessórias. Sendo necessário compreender os aspectos:

- Política;
- Identificação de Riscos e Impactos;
- Programas de Gestão;
- Capacidade e Competência Organizacional;
- Preparação e Resposta à Emergência;
- Monitoramento e Análise; e
- Engajamento das Partes Interessadas.
-

Destaca-se ainda a necessidade de criar mecanismos de reclamações externas e sistemática de emissão contínua a às comunidades afetadas, conforme o Padrão de Desempenho citado.

O Sistema de GESTÃO AMBIENTAL e SOCIAL deverá conter um Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR) e um Plano de Ação de Emergência (PAE) permeando a operação do trecho rodoviário objeto da concessão em função, que deverão ser elaborados sob a orientação regulamentos estaduais e boas práticas reconhecidas. Destaca-se ainda, conforme arcabouço legal aplicável, necessidade da manutenção e atualização dos citados documentos.

Além de atender os requisitos legais expressos no arcabouço legal estadual, os citados documentos devem permear os preceitos descritos no Padrão de Desempenho 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; Padrão de Desempenho 3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição; e Padrão de Desempenho 4: Saúde e Segurança da Comunidade, descritos na publicação ‘Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental’ (IFC, 2012) e documentações acessórias.

Integrado ou não ao GESTÃO AMBIENTAL e SOCIAL, a CONCESSIONÁRIA deve observar os requisitos do Padrão de Desempenho 2: Condições de Emprego e Trabalho, cujo cerne é promover o tratamento de trabalhadores de forma justa e igualitária, sem discriminação e com igualdade de oportunidades. Ademais, a CONCESSIONÁRIA deve promover uma relação saudável entre colaboradores, bem como garantir a proteção dos colaboradores internos, trabalhadores terceirizados e trabalhadores pertencentes à cadeia de fornecimento do empreendimento.

Previamente, fica estabelecido que a CONCESSIONÁRIA deve incluir em seu sistema de recursos humanos: políticas e código de conduta, procedimentos e metas que considerem não apenas seus contratados diretos (funcionários), como também: terceirizados / subcontratados e colaboradores da cadeia de abastecimento principal do empreendimento, conforme os itens abaixo:

- Criar políticas e procedimentos de recursos humanos;
- Respeitar acordos coletivos e prover condições de trabalho e emprego (os salários e benefícios, os descontos em folha, as jornadas de trabalho, os entendimentos sobre horas extras e sua remuneração, intervalos, dias de descanso e licenças por motivo de saúde, maternidade, férias ou feriados);
- Prover condições razoáveis de trabalho e emprego, ou seja, estas devem estar compatíveis: (i) as condições estabelecidas para o trabalho do mesmo tipo em empreendimentos similares na área/região onde o trabalho é executado; (ii) acordo coletivo ou outra negociação reconhecida entre outras organizações de empregadores e representantes de trabalhadores na tipologia de projeto em questão; (iii) decisão arbitral ou (iv) condições determinadas pela legislação nacional;
- Criar Código de Ética;
- Estabelecer cartilhas sobre os procedimentos vigentes, bem como sobre as condições de trabalho e emprego de responsabilidade do empregador;
- Criar ferramental para operacionalizar mecanismo de reclamação;

- Estabelecer procedimentos para requisitos de SSO; e
- Desenvolver ferramental para operacionalizar os procedimentos e requisitos de SSO.

Sempre que pertinente, independentemente dos itens supracitados, a CONCESSIONÁRIA deverá observar e perseguir os demais requisitos estabelecidos no Padrão de Desempenho 2: Condições de Emprego e Trabalho.

Ademais, a CONCESSIONÁRIA deve incorporar no SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL e SOCIAL e em suas práticas os requisitos constantes no Padrão de Desempenho 3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição, cujo cerne é estabelecer requisitos relacionados a eficiência de recursos, prevenção e o controle da poluição de acordo com as tecnologias e práticas internacionalmente disseminadas. Adicionalmente, a CONCESSIONÁRIA deverá observar os requisitos assinalados em ‘Guías sobre medio ambiente, salud y seguridad: Carreteras de Peaje’ (IFC,2007).

Neste sentido, além de cumprir os limites de emissão de poluição e padrão de qualidade ambiental preconizados no arcabouço legal federal, estadual e municipal, a CONCESSIONÁRIA deverá perseguir os requisitos EHS IFC (gerais e setoriais), bem como os valores de referência encontrados na publicação ‘Guías sobre Medio Ambiente, Salud y Seguridad - Guías Generales: Introducción’ (IFC, 2007) devem ser considerados.

Previamente, fica estabelecido que a CONCESSIONÁRIA deve considerar minimamente os seguintes aspectos descritos.

Apesar da gestão socioambiental do empreendimento ter que atuar sobre todas as formas de poluição, destaca-se, conforme a publicação supracitada, os seguintes aspectos devem ser considerados:

- Procedimento geral de prevenção à poluição;
- Procedimento geral de eficiência de recursos;
- Procedimentos específicos relacionados às seguintes temáticas:
 - Qualidade da água e efluentes;
 - Ruído;
 - Qualidade do ar;
 - Manejo de águas pluviais e conservação do solo;
 - Manejo da faixa de domínio; e

- Programa de Monitoramento de Passivos Socioambientais, em especial os de cunho geotécnicos.

○

Os Programas socioambientais mínimos necessários serão apresentados nos Itens 1.1.3 e 1.1.4 uma vez que cada um dos conjuntos de atividades ('CREMA' e 'ADICIONAIS') apresentam particularidades.

O Padrão de Desempenho 4: Saúde e Segurança da Comunidade prevê direcionamentos e requisitos voltados a gestão dos riscos e impactos relacionados à segurança e saúde humana gerados pela exposição da comunidade às atividades, equipamentos e a infraestrutura do projeto.

Cabe destacar que grande parte da gestão sobre os aspectos abaixo enumerados estão estreitamente vinculados a questões de engenharia, seja na fase implantação (obras), em questões operacionais ou de infraestrutura. Neste sentido, os projetos de engenharia, bem como a adoção das infraestruturas pertinentes, sejam analisados à luz das boas práticas nacionais e internacionais, bem como requisitos e princípios dos padrões de desempenho IFC.

O referido Padrão de Desempenho compreende os seguintes aspectos:

- Qualidade e disponibilidade de água;
- Segurança estrutural da infraestrutura do projeto;
- Plano de combate a incêndios;
- Requisitos para edificações;
- Tráfego seguro;
- Gestão e transporte de materiais;
- Prevenção de doenças;
- Preparação de emergência e resposta; e
- Segurança patrimonial.
-

Tendo em vista as principais características de um empreendimento rodoviário, bem como sobre a área de inserção do Sistema BA-052, são destacados a seguir, os principais requisitos a serem gerenciados pelo concessionário para o projeto esteja em consonância aos requisitos específicos IFC.

O tráfego seguro é um aspecto de suma importância em empreendimentos rodoviários em geral, e deve permear todo ciclo de vida do empreendimento, sendo

que a infraestrutura a ser adotada se torna essencial a este aspecto, e desta forma todos requisitos de engenharia devem seguir as boas práticas do setor.

O tráfego seguro e respectivos aspectos envolve diversos públicos, não apenas o público interno, ou seja, os colaboradores da CONCESSIONÁRIA, mas também toda a gama de usuários e comunidades do entorno.

Além de campanhas educacionais contínuas direcionados aos usuários e lindeiros, a CONCESSIONÁRIA deve adotar formas de gerenciamento de seus colaboradores, utilizar sistemas integrados do controle do tráfego na rodovia, bem como prover a infraestrutura adequada a demanda rodoviária.

A CONCESSIONÁRIA deverá concentrar esforços e recursos na prevenção e minimização da exposição da comunidade aos riscos e impactos da rodovia. Ademais, é absolutamente necessário prover a mobilidade segura de pedestres e veículos, seja na ocasião das obras ou na própria operação do empreendimento, principalmente em áreas urbanas e aglomerados populacionais lindeiros ao trecho rodoviário objeto da concessão.

A segurança estrutural da infraestrutura do projeto é outro ponto relevante no que se refere à segurança e saúde da comunidade em geral. Entretanto, neste momento, é impossível proceder uma avaliação pormenorizada em função do estado da arte das intervenções de engenharia propostas. Desta forma, cabe a área de engenharia e projeto retomarem os princípios deste Padrão de Desempenho para que o empreendimento esteja adequado ao mesmo.

Conforme consta nos estudos preliminares desenvolvidos, foram verificados passivos relacionados a questões geotécnicas (processos erosivos, queda de blocos, assoreamento de sistema de drenagem e outros) e limpeza da faixa de domínio (deposição irregular de resíduos sólidos e ocorrência de vegetação).

De acordo com o Manual para Atividades Ambientais Rodoviárias, publicado pelo DNIT (2006), considera-se passivo ambiental toda a ocorrência decorrente da falha na construção, restauração ou manutenção da rodovia, capaz de atuar como fator de dano ou de degradação ambiental à área de influência direta, ao corpo estradal, ou condições climáticas adversas ou causadas por terceiros, capaz de atuar como fator de dano ou de degradação ambiental à faixa de domínio da rodovia, ao corpo estradal ou ao usuário. Desta forma, é essencial à segurança de usuários, colaboradores da

concessionária e comunidades do entorno uma gestão adequada dos passivos ambientais.

Neste sentido, a CONCESSIONÁRIA deverá implementar medidas de engenharia para sanar os passivos ambientais de cunho geotécnico, bem como proceder o monitoramento contínuo das soluções adotadas e demais áreas sujeitas a instabilidades geotécnicas.

Mesmo que as intervenções de engenharia previstas ao Sistema BA-052 sejam tidas como de pequeno porte e a princípio necessite de um contingente diminuto de trabalhadores, potencialmente existe impacto adverso à saúde pública, em geral, associado com as condições sanitárias e de vida da população ou mesmo a transmissão de doenças infectocontagiosas, principalmente as doenças sexualmente transmissíveis.

Mesmo que não sejam necessários programas específicos, a CONCESSIONÁRIA deverá procedimentar e desenvolver ações voltadas a prevenção de doenças devem ser incorporadas no sistema de SISTEMA de GESTÃO AMBIENTAL e SOCIAL, conforme indica a publicação ‘Guías sobre medio ambiente, salud y seguridad – Guías Generales: Introducción (IFC, 2007), que inclui o monitoramento e controle ativo, além da realização de campanhas de sensibilização para trabalhadores e comunidade em geral, e até mesmo atendimento médico e parcerias com instituições públicas e/ou privadas.

Tendo em vista a existência de receptores humanos próximos ao trecho rodoviário, bem como existência aglomerados e áreas urbanas lindeiras ao Sistema BA-52 deve ser dada atenção especial com relação a exposição da população e grupos mais vulneráveis ao ruído ambiental e emissão atmosférica aspectos estes diretamente relacionados a saúde humana.

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar procedimentos específicos em relação ao ruído ambiental e emissão atmosférica. Contudo, via de regra, estes impactos são mais significativos na fase de obra, entretanto a CONCESSIONÁRIA, conforme necessidade, estender os citados programas para a operação do Sistema BA-052.

Conforme já citado anteriormente, a CONCESSIONÁRIA deverá executar e implementar um Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR) e um Plano de Ação de Emergência (PAE) atendendo os requisitos legais aplicáveis, bem como os preceitos descritos no Padrão de Desempenho 1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos

Socioambientais; Padrão de Desempenho 3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição; e Padrão de Desempenho 4: Saúde e Segurança da Comunidade, descritos na publicação ‘Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental’ (IFC, 2012) e documentações acessórias.

A segurança patrimonial é um serviço comum em concessões rodoviárias, principalmente em praças de pedágio e bases de apoio e de serviços ao usuário, atividade esta com interface direta com colaboradores do concessionário, usuários do Sistema BA-052, e eventualmente com comunidades e população do entorno.

Desta forma, a CONCESSIONÁRIA ao contratar trabalhadores diretos ou contratados para serviços de segurança patrimonial, deverá avaliar rigorosamente os riscos gerados por seus acordos de segurança. Neste sentido deve seguir princípios de proporcionalidade e boas práticas internacionais no que se referir as formas de contratações, normas de conduta, treinamento, equipamentos e monitoramento desses trabalhadores e estar, sempre, em conformidade com a legislação vigente.

A CONCESSIONÁRIA deverá avaliar adequadamente os prestadores de serviços de segurança para garantir que estes sejam de fato qualificados e sigam as boas práticas do setor, bem como fornecerá treinamento adequado no uso da força e armas de fogo (se for o caso) e em como se comportar de maneira apropriada para com os trabalhadores e comunidade em geral, exigindo que tais prestadores de serviço atuem dentro da legislação aplicável.

Desta forma, é fundamental a elaboração de procedimentos adequados que auxiliem no cumprimento dos requisitos citados.

3 Atividades CREMA

Importa mencionar que o Sistema BA-052 se insere no Programa de Recuperação e Manutenção de Rodovias – Premar II. Em carta emitida pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – CT. ATEND. nº 00122/15 - é dada pelo referido órgão a isenção do licenciamento ambiental para as atividades de recuperação de trecho rodoviário, recuperação e restauração de pontes em estradas vicinais, implantação de bueiros e passagens molhadas, referentes às obras do Premar II.

Mesmo com a inexorabilidade do licenciamento ambiental para as atividades CREMA, a CONCESSIONÁRIA deverá atender todos requisitos legais aplicáveis, bem como

garantir o atendimento dos padrões de qualidade ambiental expressos na legislação vigente, incluindo a obtenção de autorizações e anuências de outras instâncias.

A CONCESSIONÁRIA deverá obter ou fazer com que seus contratados/subcontratados responsáveis pelas obras obtenham todas as licenças inerentes a atividades ou estruturas outras, utilizadoras de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, tal como é o caso dos Canteiros de Obras e outros. Ademais, deverá garantir que eventuais subcontratados cumpram adequadamente todos requisitos legais aplicáveis, bem como garantir o atendimento dos padrões de qualidade ambiental expressos na legislação vigente.

Nesse sentido, os canteiros de obras e outras estruturas de apoio, via de regra, estão sujeitos ao licenciamento ambiental, e na ocasião do seu licenciamento deverão seguir os possíveis enquadramentos propostos pelo artigo 109 do Decreto nº 14.024/12 alterado pelo Decreto Estadual nº 15682/14, atendendo os critérios conjugados de potencial poluidor e porte do empreendimento.

Para o caso dos canteiros de obras a legislação aplicável classifica estes como de Baixo Potencial Poluidor, e estabelece o Porte a partir da área total (hectares) conforme abaixo:

- Pequeno < 5,0 hectares;
- Médio > 5,0 < 15,0; e
- Grande > 15,0.

Tendo em vista que o Plano de Intervenção de Engenharia não apresenta área total dos canteiros de obras propostos, assumiu-se como premissa uma área inferior a 5 hectares.

Desta forma, os canteiros de obras potencialmente são enquadrados como Classe 1, conforme os enquadramentos propostos pelo artigo 109 do Decreto nº 14.024/12 alterado pelo Decreto Estadual nº 15682/14, atendendo os critérios conjugados de potencial poluidor e porte do empreendimento.

Segundo orienta o artigo 110 do Decreto nº 14.024/12, os canteiros deverão ser objeto de licenciamento ambiental, nos termos do art. 46, inciso I da Lei 10.431/06, mediante a concessão de Licença Unificada - LU, antecedido de Estudo Ambiental

para Atividades de Pequeno Impacto - EPI, definido no art. 92, inciso III, deste Decreto.

Importa consignar que Licença Unificada (LU) permeia a autorização para as fases de localização, implantação e operação, como uma única licença.

Importa frisar que antes da concepção, implantação e operação afim de garantir a regularidade ambiental os canteiros e obras e outras estruturas de apoio deverão passar pelo rito de licenciamento ambiental.

A CONCESSIONÁRIA e/ou contratados/subcontratados, sempre que pertinente, deverão obter as autorizações e cumprir os requisitos legais aplicáveis relativos a utilização de recursos hídricos (Outorga de uso de recursos hídricos), intervenção de áreas protegidas (Declaração de Intervenção em Áreas Protegidas), Autorização de Supressão Vegetal, entre outros.

A seguir são apresentados os programas socioambientais mínimos a serem implantados para o conjunto de atividades CREMA:

- Programa de Monitoramento da Qualidade da Água;
- Programa de Controle e Monitoramento de Efluentes;
- Programa de Controle e Monitoramento de Ruído; e
- Programa de Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar.

Contudo, conforme já salientado, caso outros programas socioambientais e/ou exigências sejam solicitadas pelo órgão ambiental competente e/ou instituições intervenientes a CONCESSIONÁRIA deverá tomar todas ações e medidas cabíveis para o pleno atendimento destas.

4 Atividades Adicionais

Importa consignar que a Ponte interligando os Municípios de Xique-Xique e Barra não está contemplada nos documentos que atestam a inexorabilidade do licenciamento ambiental de alguns trechos e atividades do Sistema BA-052.

Neste sentido, a CONCESSIONÁRIA deverá obter todas as licenças e autorizações ambientais necessárias à concepção, implantação e a operação da Implantação da Ponte interligando os Municípios de Xique-Xique e Barra, em acordo com o artigo

109 do Decreto nº 14.024/12 alterado pelo Decreto Estadual nº 15682/14, atendendo os critérios conjugados de potencial poluidor e porte do empreendimento.

Considerando a pré-seleção da Alternativa 01 da citada Ponte de Interligação, conforme documentação dos estudos preliminares já executados no âmbito da presente PPP, o enquadramento deste empreendimento, à luz do artigo 109, em especial o Anexo IV, Grupo F1.1 - (Complexos Viários – Implantação ou Ampliação de Estradas, Pontes e afins), considera como Pequeno Porte, pela extensão inferior a 100 km, e potencial poluidor Alto. Com isso, o empreendimento pode ser considerado Classe IV, enquadrado na tipologia de Estudo Ambiental para Atividades de Médio Impacto – EMI.

Desta forma, na ocasião da concepção do projeto de engenharia, o citado empreendimento deverá ser submetido ao rito de licenciamento ambiental, objetivando a solicitação da Licença Prévia e consequentemente ter sua viabilidade técnica e locaional atesta dpelo órgão ambiental competente.

Após o detalhamento do projeto de engenharia, a CONCESSIONÁRIA deve dar prosseguimento ao rito do processo de Licenciamento Ambiental, solicitando assim a Licença de Instalação de forma a detalhar os programas socioambientais pertinentes, e execução dos programas socioambientais na ocasião das obras.

Tal como já assinalado a CONCESSIONÁRIA deverá atender todos os requisitos legais aplicáveis, bem como garantir o atendimento dos padrões de qualidade ambiental expressos na legislação vigente, incluindo a obtenção de autorizações e anuências de outras instâncias.

Dentre anuências, autorizações e licenças acessórias destacam-se o atendimento a Instrução Normativa nº 001 (25/03/2015), publicada em adequação à Portaria Interministerial nº 60 (24/03/2015), estabelece os procedimentos administrativos para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), durante licenciamento ambiental em âmbito federal, estadual e municipal relativo ao Patrimônio Cultural e a Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal.

A CONCESSIONÁRIA deverá ainda obter as autorizações e cumprir os requisitos legais aplicáveis relativos a utilização de recursos hídricos (Outorga de uso de recursos hídricos), intervenção de áreas protegidas (Declaração de Intervenção em

Áreas Protegidas), Autorização de Supressão Vegetal, entre outros, sempre pertinente.

A seguir são apresentados os programas socioambientais mínimos a serem implantados para o conjunto de atividades ADICIONAIS:

- Programa de Monitoramento da Qualidade da água;
- Programa de Controle e Monitoramento de Efluentes;
- Programa de Controle e Monitoramento de Ruído;
- Programa de Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar; e
- Programa de Monitoramento da Ictiofauna e Invertebrados Aquáticos.

Contudo, conforme já salientado, caso outros programas socioambientais e/ou exigências sejam solicitadas pelo órgão ambiental competente e/ou instituições intervenientes a CONCESSIONÁRIA deverá tomar todas ações e medidas cabíveis para o pleno atendimento destas.

Além dos Padrões de Desempenho 1, 2, 3 e 4 considerados necessários para todo o trecho rodoviário objeto da concessão, para as Atividades ADICIONAIS, em função de especificidades inerentes ao projeto da ponte de interligação entre Xique-Xique e Barra, foram considerados como aplicáveis os seguintes itens constantes na publicação 'Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental' (IFC, 2012).

- Padrão de Desempenho 5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário;
- Padrão de Desempenho 6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos;
- Padrão de Desempenho 7: Povos Indígenas; e
- Padrão de Desempenho 8: Patrimônio Cultural.

Considerando a alternativa de ponto anteriormente assinalada e conforme documentação dos estudos preliminares já executados no âmbito da presente PPP foram verificadas a presença de 5 edificações que se configuram como: 4 comércios (um em conjunto com residência) e uma guarita, localizados próximos aos pontos de embarque das balsas, que são utilizadas para a interligação entre os municípios de Xique-Xique e Barra que potencialmente devem sofrer intervenção.

Os comércios presentes, se caracterizam por serem de pequeno porte, bares ou lanchonetes de até 40 m², que têm como público as pessoas que aguardam a chegada das balsas para a travessia do rio São Francisco. A guarita encontrada na faixa da alternativa 1, ocupa uma pequena área de cerca de 4 m².

Tendo em vista o exposto o Padrão de Desempenho 5: Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário é aplicável ao projeto da Ponte de Interligação dos municípios de Xique-Xique e Barra, onde estão previstas atividades de desapropriação de benfeitorias.

O citado Padrão de Desempenho refere-se tanto ao deslocamento físico quanto ao econômico, como perda de bens ou de acesso a bens, bem como perda de fontes de renda ou de outros meios de subsistência. O reassentamento é considerado involuntário quando as pessoas ou comunidades afetadas não têm o direito de impedir a aquisição da terra ou restrições ao seu uso, resultando em deslocamento físico ou econômico.

Neste sentido, deverão executados pela CONCESSIONÁRIA as seguintes ações:

- Plano de Ação de Reassentamento / Plano para Recuperação dos Meios de Subsistência; e
- Auditoria de Conclusão de Reassentamento.

O Plano de Ação de Reassentamento / Plano de Ação para Recuperação dos Meios de Subsistência deverá incorporar os requisitos aplicáveis deste Padrão de Desempenho, independentemente do número de pessoas afetadas considerando a indenização pelo custo total de reposição dos bens perdidos (na ocasião de lucro cessante. A elaboração deste plano objetiva minimizar os impactos negativos do deslocamento; identificar oportunidades de desenvolvimento; desenvolver um orçamento e cronograma de reassentamento e estabelecer os direitos de todas as categorias de pessoas afetadas.

Deverá sempre ser dedicada uma atenção especial às necessidades dos mais pobres e vulneráveis. E todas as transações para a aquisição de direitos sobre a terra, bem como as medidas indenizatórias e as atividades de realocação, deverão ser documentadas.

O Plano de Reassentamento e/ou o Plano de Ação para Recuperação dos Meios de Subsistência fornecerá uma indicação clara com relação a como as famílias e

comunidades afetadas serão envolvidas em um processo contínuo de consulta organizada e iterativa através do processo de planejamento, implementação e monitoramento do reassentamento.

Procedimentos de monitoramento e avaliação deverão ser estabelecidos para acompanhamento da execução do Plano de Ação de Reassentamento, visando viabilizar a aplicação de medidas corretivas que forem necessárias.

O Plano de Ação de Reassentamento e/ou Plano para Recuperação dos Meios de Subsistência será dado como executado quando os impactos adversos provocados pelo reassentamento tiverem sido tratados em conformidade com o plano pertinente, bem como com os objetivos deste Padrão de Desempenho.

Adicionalmente, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder uma Auditoria de Conclusão de Reassentamento nas circunstâncias em que se considerar que o reassentamento possa implicar impactos sociais adversos significativos. O elevado risco social associado ao requisito de auditoria de fechamento, poderá estar relacionado à vulnerabilidade específica das famílias afetadas. Recomenda-se que esta auditoria seja realizada por equipe especializada do governo da Bahia.

A Auditoria de Conclusão deverá ser realizada assim que todos os principais compromissos do Plano de Ação de Reassentamento e o período de monitoramento acordado forem concluídos. Tal auditoria objetiva avaliar se as atividades realizadas a fim de restaurar o padrão de vida da população afetada foram concebidas e realizadas adequadamente.

O Padrão de Desempenho 6 - Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos é voltado em assegurar a conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos por meio da hierarquia de mitigação IFC, bem como em assegurar que transformações e/ou degradações em habitats modificados, naturais e críticos sejam efetivadas após a realização e comprovação das ações e medidas preconizadas pela referida instituição.

Em função dos resultados dos estudos preliminares desenvolvidos, que pontam para a necessidade de supressão vegetal, o presente Padrão de Desempenho deverá ser considerado pela CONCESSIONÁRIA. Cabe destacar que em função do nível de conhecimento da área de inserção neste momento, torna-se impossível determinar com exatidão as tipologias de habitats que o Sistema BA-052 pode deflagrar

impactos. Entretanto, pressupõe-se que os habitats potencialmente impactados transitem entre habitats naturais e críticos.

De acordo com o Padrão de Desempenho em tela, a CONCESSIONÁRIA não poderá transformar ou degradar de forma significativa um habitat natural, a menos que sejam comprovados os requisitos a seguir:

- Não há outras alternativas viáveis dentro da região para o desenvolvimento do projeto em um habitat modificado;
- A consulta definiu os pontos de vista das partes interessadas, incluindo os das Comunidades Afetadas, com relação à extensão da transformação e da degradação; e
- E qualquer transformação ou degradação será minimizada segundo a hierarquia de mitigação preconizada pela IFC.

Na ocasião de habitats críticos a CONCESSIONÁRIA deverá considerar e comprovar:

- Inexistência de alternativas viáveis dentro da região para o desenvolvimento do projeto em habitats modificados ou naturais que não sejam críticos;
- O projeto não acarreta impactos adversos mensuráveis sobre os valores de biodiversidade para os quais o habitat crítico foi designado, nem sobre os processos ecológicos que dão suporte àqueles valores de biodiversidade;
- O projeto não acarreta a redução líquida da população global e/ou nacional/regional de nenhuma espécie Gravemente Ameaçada ou Ameaçada durante um período de tempo razoável; e
- Um programa de monitoramento e avaliação da biodiversidade sólido, adequadamente elaborado e de longo prazo está integrado ao programa de gestão do cliente.

Ademais, a CONCESSIONÁRIA deverá adotar medidas de mitigação e compensação, considerando minimamente as seguintes possibilidades:

- Evitar impactos sobre a biodiversidade por meio da identificação e proteção de áreas de reabilitação/preservação ('set-aside');
- Implementar medidas para minimizar a fragmentação do habitat, como corredores biológicos;
- Restaurar habitats durante e/ou após as operações; e

- Implementar compensações de biodiversidade.

Vale ressaltar que antes de qualquer forma de compensação, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar a hierarquia de mitigação preconizada na IFC. Neste sentido, estudos de alternativa locais e/ou tecnológicas são primordiais, seja para verificação de alternativas viáveis na área de inserção do empreendimento, ou para que seja priorizada a prevenção e mitigação de impactos ambientais sobre a biodiversidade em relação as medidas de restauração e compensação.

Desta forma, recomenda-se expressamente estudos de alternativas locais e tecnológicas que visem prevenir e minimizar supressão vegetal, intervenções em cursos d'água e serviços ecossistêmicos prioritários ou não, e habitats em geral.

Os estudos preliminares desenvolvidos identificaram também possível interferência, quando da implantação da ponte de interligação dos municípios de Xique-Xique e Barra, na comunidade São Francisco, praticante da pesca artesanal. Apesar de não confirmado, a referida comunidade pode apresentar dependência direta do recurso pesqueiro para a sua subsistência.

Segundo o Padrão de Desempenho 6, quando houver probabilidade de as comunidades afetadas serem prejudicadas, elas deverão participar da determinação de serviços de ecossistemas prioritários em conformidade com o processo de engajamento de partes interessadas, conforme definido no Padrão de Desempenho 1.

Ademais, os impactos sobre os serviços de ecossistemas prioritários que forem relevantes para as comunidades afetadas e quando o concessionário tiver controle direto da gestão ou influência significativa sobre tais serviços de ecossistemas, os impactos adversos devem ser evitados. Se estes impactos adversos não forem inevitáveis, o empreendedor deverá pôr em prática ações e medidas mitigação que tenham por objetivo manter o valor e a funcionalidade dos serviços ecossistêmicos em voga.

Tendo em vista o exposto recomenda-se que os estudos ambientais para obtenção das licenças ambientais pertinentes, sejam elaborados à luz dos Padrões de Desempenho da IFC para que os resultados obtidos sirvam de subsídio ao SGAS otimizando assim recursos do futuro concessionário. Ademais, os estudos de alternativas o estudo de alternativas locais, parte integrante do estudo ambiental para obtenção da LP, deverá servir como base a hierarquia de mitigação preconizada pelo IFC.

Visando o atendimento aos requisitos e diretrizes a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar procedimentos específicos que abordem a conservação da biodiversidade, que auxiliem no atendimento aos requisitos do Padrão de Desempenho 6, incluindo:

- Ações sistemáticas voltadas a conservação da fauna, flora e serviços ecossistêmicos;
- Ações e planos de restauração e compensação ambiental; e
- Consulta a partes interessadas, bem como instituições gestoras de áreas protegidas.

O Padrão de Desempenho 7: Povos Indígenas aplica o termo “Povos Indígenas” em um sentido mais amplo, referindo-se a grupos sociais e culturais distintos, que apresentem, em diferentes graus, as seguintes características:

- Auto identificação como membros de um grupo cultural indígena distinto e reconhecimento dessa identidade por outros;
- Ligação coletiva com habitats ou territórios ancestrais geograficamente distintos dentro da área do projeto e com os recursos naturais neles existentes;
- Instituições culturais, econômicas, sociais ou políticas tradicionais, separadas daquelas da sociedade ou cultura dominante; ou
- Idioma ou dialeto distinto, geralmente diferente do idioma ou idiomas oficiais do país ou da região onde residem.

Segundo a definição supracitada, entende-se que o Padrão de Desempenho citado incide não apenas sobre povos indígenas stricto sensu, mas também sobre populações tradicionais de modo geral, como por exemplo, ribeirinhos, quilombolas e outros.

Cabe destacar que os estudos ambientais a serem desenvolvidos no licenciamento prévio da ponte sobre o rio São Francisco deverá indicar se a Comunidade São Francisco é de fato tradicional. Caso se confirme que a citada comunidade é tradicional e que a implantação da ponte irá causar interferências nesta, o futuro concessionário deverá atender integralmente a Portaria Interministerial N. 60 de 2015 que regulamenta, no âmbito do licenciamento ambiental, a elaboração dos estudos específicos, assim o Padrão de Desempenho deverá ser atendido pela CONCESSIONÁRIA.

Tendo em vista os requisitos do presente Padrão de Desempenho, a CONCESSIONÁRIA deverá elaborar:

- Diagnóstico sociocultural específico da comunidade ribeirinha São Francisco;
- Caso seja verificado impactos nestas comunidades, tal como já mencionado no Padrão de Desempenho 1, recomenda-se estudo de alternativas locacionais e estudos que visem a prevenção, mitigação e compensações dos impactos diagnosticados;
- Consulta Informada e Participação (CPI), incluindo órgãos representativos, organizações e membros das comunidades; e
- Executar programas e/ou ações voltadas a gestão socioambiental relacionada a comunidades tradicionais e povos indígenas.

Como parte de seu SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL, a CONCESSIONÁRIA é responsável por desenvolver medidas para gerenciar descobertas por meio de um procedimento específico, que será aplicado sempre que um patrimônio cultural for encontrado, garantindo que não serão realizadas intervenções na descoberta até que esta seja devidamente avaliada por profissionais especialistas e que sejam definidas ações compatíveis com os requisitos deste Padrão de Desempenho 8: Patrimônio Cultural e legislação pertinente.

Neste sentido é de extrema importância que os estudos ambientais exigidos à época do processo de licenciamento ambiental, e executado à luz dos Padrões de Desempenho IFC, seja sejam capazes de identificar o patrimônio cultural potencialmente impactado pelas intervenções de engenharia e a própria operação do Sistema BA-052, bem como os riscos e impactos socioambientais sobre o patrimônio cultural como um todo.

Desta forma, o referido procedimento a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA deverá permear os seguintes aspectos:

- Atender legislação pertinente, bem como Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural;
- Elaborar diagnóstico identificação e proteção do patrimônio cultural;
- Estabelecer procedimentos para possíveis descobertas aleatórias, a ser aplicado nos casos em que um patrimônio cultural não conhecido for encontrado;
- Consultar a comunidades que utilizem (ou já tenham utilizado) o patrimônio em tela e que definam as condições de acessibilidade do patrimônio para comunidades afetadas pertinentes; e

- Seguir os requisitos acerca de: (i) Remoção de patrimônio cultural que possa ser reproduzido; (ii) Remoção de patrimônio cultural que não possa ser reproduzido; e (iii) Interferências em patrimônio cultural crítico.

Ademais, diagnóstico, identificação e proteção do patrimônio cultural citados acima serão realizados no bojo dos estudos de licenciamento e estudos específicos assinalados no arcabouço legal aplicável.

APÊNDICE

Carta INEMA CT. ATEND N° 00122/2015, datada de 16 de setembro de 2015